

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

RESOLUÇÃO Nº 03/2016

APROVA o texto de Projeto de Lei Complementar que "MODIFICA o parágrafo único do artigo 143 da Lei Complementar n.° 17, de 23 de janeiro de 1997, estabelecendo outras providências.".

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência estabelecida no artigo 125, § 1.°, da Constituição da República, e CONSIDERANDO a deliberação do Egrégio Tribunal Pleno em Sessão Extraordinária Administrativa realizada em 11 de abril do corrente ano,

RESOLVE:

Art. 1.º Fica a Presidência desta Corte de Justiça autorizada a encaminhar ao Poder Legislativo Estadual Projeto de Lei Complementar com vistas à modifi cação do parágrafo único do artigo 143 e do § 1.º do artigo 253 da Lei de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Amazonas – Lei Complementar n.º 17, de 23.01.1997, conforme o Anexo desta Resolução.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, 12 de abril de 2.016.

Desembargadora MARIA DAS GRAÇAS PESSÔA FIGUEIREDO

Presidente

Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES

Desembargadora MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GUEDES MOURA

Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**

Desembargador FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES

Desembargador ARISTÓTELES LIMA THURY



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Desembargador CLÁUDIO CÉSAR RAMALHEIRA ROESSING

Desembargador SABINO DA SILVA MARQUES

Desembargadora CARLA MARIA SANTOS DOS REIS

Desembargador WELLINGTON JOSÉ DE ARAÚJO

Desembargador JORGE MANOEL LOPES LINS

Desembargador LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA JÚNIOR

Desembargadora NÉLIA CAMINHA JORGERESOLUÇÃO

ANEXO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º ____/2016

MODIFICA o parágrafo único do artigo 143 da Lei Complementar n.º 17, de 23 de janeiro de 1997, estabelecendo outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS DE CRETA:

Art. 1.º É conferida ao parágrafo único do artigo 143 da Lei Complementar n.º 17, d
23.01.1997 - Lei de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Amazonas, acrescentad
pela Lei Complementar n.º 35, de 13.9,2004, e modifi cado pela Lei Complementar n.º 42, d
18.3.2005, a seguinte redação:

"Art. 143.

Parágrafo único. Os Juízes que vierem a substituir ou auxiliar outros, ou tiverem sua competência ampliada para outra Vara da mesma Comarca ou de Comarcas diferentes, por período igual ou superior a 30 (trinta) dias, farão jus a uma gratifi cação correspondente a 10% (dez por cento) do valor do subsídio, limitada a apenas um Juízo, além daquele do qual é titular."



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

- **Art. 2.º** Ficam revogados o § 1.º do artigo 253 da Lei Complementar n.º 17, de 23 de janeiro de 1997 Lei de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Amazonas, modificado pela Lei Complementar n.º 42, de 18.3.2005, e as demais disposições em contrário.
- **Art. 3.º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, operando efeitos financeiros a contar de 1.º de maio **de 2016.**